

LIBERALISMO VERSUS INTERVENCIÓNISMO: AS RAÍZES DA CONTROVÉRSIA ATUAL

Fábio Eduardo Iaderozza*

RESUMO

O debate político e econômico no Brasil e na América Latina como um todo, durante a década de 1990, foi predominantemente marcado por idéias liberalizantes. Medidas como desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e, acima de tudo, a redução progressiva do tamanho do Estado na economia, foram colocadas na ordem do dia, seduzindo corações e mentes de nossas elites que aderiram em bloco às teses liberais.

Estas idéias, por sua vez, foram apresentadas como sendo algo “novo” em contraposição às “velhas” fórmulas do passado e, por isso mesmo, foram encaradas como sendo o supra-sumo da modernidade, o que levou boa parte da população a aceitá-las sem qualquer tipo de questionamento. Puro engano. Basta pesquisarmos um pouco da história econômica mundial para nos darmos conta de que tais teses ou idéias não são tão novas ou modernas como queriam nos fazer crer seus defensores. Neste artigo, nos propomos exatamente demonstrar esse fato.

PALAVRAS-CHAVE: *liberalismo, intervencionismo, neoliberalismo, livre mercado, dirigismo, história econômica.*

ABSTRACT

The political and economic discussion in Brazil and Latin America as a whole, during the decade of 1990, was measured uppermost by liberalizing ideas. Actions as the deregulation of markets, financial and commercial opening and, above all, the progressive reduction of the State size in the Economy, were placed in the day's order, enticing the hearts and minds of our upper classes, which adhered in block to the liberal thesis.

These ideas, on the other hand, were presented as being something “new”, against the “old” formulas, and because of that, were seen as being the supreme way of modernity, which took a large part of the population to accept them without any questioning. That was just an error. It is enough to research some of the world economic history, to perceive that those thesis and ideas are not as new or modern as their advocates wanted us to believe. This is what will be demonstrated in this article.

KEY WORDS: liberalism, interventionism, neo-liberalism, free market, ruling, economic history.

1. Considerações Iniciais

Falar sobre liberalismo não é tarefa das mais fáceis, tendo em vista as várias interpretações que o tema nos oferece. Pelo fato de não estarmos nos propondo a fazer um estudo específico sobre o liberalismo, vamos nos restringir apenas aos

* Mestre em Economia Política pela PUC/SP e professor da Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas da Associação Padre Anchieta de Ensino, Jundiá (SP). Endereço eletrônico: fiaderozza@uol.com.br.

pontos que julgamos relevantes para a formação de nossa linha de raciocínio. Por conta disso, nossa preocupação central será com uma das versões do liberalismo, ou seja, o **liberalismo econômico**.

Dentro de um contexto histórico, podemos dizer que os ideais do liberalismo econômico surgiram no continente europeu, como uma reação contra os Estados absolutistas e suas práticas intervencionistas que caracterizaram o período mercantilista dos séculos XVI e XVII .

“(…) por liberalismo entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social…” (BOBBIO, 1994: 7).

A burguesia, classe social em ascensão, que via seus interesses serem tolhidos pelo poder dos soberanos, dos nobres e do clero, liderou um duplo movimento revolucionário que acabou rompendo de maneira incontestável com a ordem social então vigente.

Essa dupla revolução, liderada pela burguesia, foi responsável pelas profundas e significativas transformações que ocorreram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, cujos reflexos foram sentidos em praticamente todo o mundo. Estamos nos referindo à Revolução Industrial inglesa ocorrida por volta de 1750, que mudou a cara do mundo em termos econômicos, alterando substancialmente as relações sociais de produção, e à Revolução Francesa que a partir de 1789 abriu caminho para que a nova ordem social burguesa pudesse se afirmar politicamente (HOBSBAWM, 1977).

Desde que a nova ordem social burguesa passou a controlar política e economicamente as nações e seus respectivos Estados, sobretudo no continente europeu, o liberalismo econômico foi caminhando cada vez mais na defesa de uma economia de mercado¹, influenciado que foi por autores importantes da Escola Clássica tais como: Adam Smith – considerado o pai do liberalismo econômico, quando a partir de 1776 publica o clássico: “A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas” –, J. B. Say, J. S. Mill, D. Ricardo entre outros, num primeiro momento e, mais tarde – em meados do século XIX e início do século XX –, por aqueles que iriam compor o corpo doutrinário da Escola Neoclássica. Estes procurarão dar prosseguimento e acima de tudo a fundamentação científica – através de complexos modelos matemáticos – de que uma economia de mercado é auto-regulável e, por conta disso, a tendência ao equilíbrio seria inexorável. Vão procurar traduzir matematicamente a idéia de que a economia é um conjunto de mercados no qual o confronto sistemático entre a oferta e a procura define o nível geral de preços de equilíbrio e alocação ótima dos fatores de produção (SCHWARTZ,1991). A economia tende ao equilíbrio numa estrutura de mercado onde o que prevalece é a “livre concorrência”.

¹ Assim POLANY (2000:89) define uma economia de mercado: “Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável .”

Como bem observa POLANY (2000: 166):

“O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não burocráticos, ele evolui para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável”.

Se seguirmos a lógica de que uma economia de mercado é auto-regulável, com a tendência ao equilíbrio sendo vista como um dogma, podemos afirmar que tal economia seria imune a crises, desde que a máquina capitalista pudesse fazer funcionar livremente as suas engrenagens, impulsionada apenas por aquela que seria a sua principal força motriz: a Lei da oferta e da procura de J. B. Say. GALBRAITH (1989:68) nos mostra como se dá essa interação entre a Lei de Say e a auto regulação dos mercados:

“A Lei de Say sustenta que da produção de bens provém uma demanda global efetiva suficiente para adquirir a oferta global destes bens. Nem mais, nem menos. Em conseqüência, jamais poderia haver uma superprodução geral no sistema econômico. Em termos mais modernos, do preço de cada produto vendido provém um retorno de salários, juros, lucros e aluguel suficiente para permitir a compra deste produto. Alguém, em algum lugar, o recebe. E tendo recebido-o, gasta-o até o valor daquilo que é produzido. Conseqüentemente, jamais pode haver uma escassez de demanda, a contrapartida óbvia da superprodução.”

POLANY (2000:90) reforça o argumento:

“A auto regulação significa que toda a produção é para a venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro...”

Uma economia assim estruturada tende então a utilizar plenamente todos os seus fatores de produção – capital, terra e trabalho. Logo, as crises somente aconteceriam caso houvesse algum tipo de interferência “externa” aos mercados que, de alguma forma, pudesse impor obstáculos ao seu livre funcionamento. POLANY (op.cit.: 90-1) nos mostra claramente essa posição:

“A formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições de mercado – quer sejam bens, trabalho, terra ou dinheiro. Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os elementos da indústria, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação dos mercados. Nem o preço, nem a oferta, nem a demanda devem ser fixados ou regulados; só terão validade as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a auto-regulação do mercado, criando condições para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica.”

De onde viriam essas interferências que poderiam desarticular, desarranjar,

desequilibrar os mercados, e com isso provocar crises? Historicamente, podemos dizer sem receio de incorrer em erro de julgamento, que os defensores do liberalismo econômico estão preocupados com a intervenção do Estado na economia. Não podemos nos esquecer que o liberalismo econômico idealizado por Smith, surgiu como uma reação contra intervencionismo estatal do período mercantilista. Diante do exposto, é fácil concluir que numa economia de mercado as únicas funções cabíveis ao Estado seriam a segurança, a justiça e outras atividades que não interferissem na atividade econômica.

“No limite da atuação do Estado, Smith prevê três intervenções clássicas: financiar, através de gastos, a força militar para proteger a sociedade contra invasão estrangeira; proteger os membros da sociedade contra a injustiça que possa vir a ser cometida por outros membros; manter instituições e obras públicas que proporcionam vantagens para a sociedade mas que não oferecem uma possibilidade de lucro que compense a atividade privada” (MORAES, 1996: 84)

A atuação dos sindicatos também poderia ser prejudicial, pois reivindicações como redução da jornada de trabalho e aumentos salariais eram tidas como uma grave interferência na lei natural que rege as relações entre patrões e empregados, entre a oferta e a procura de mão de obra. De tudo foi feito para impedir a atuação dos sindicatos, desde leis proibindo sua atuação, até o uso de violência com a devida conivência das autoridades. Como nos mostra HUBERMAN (1985:203)

“A revolução industrial, iniciada na Inglaterra, espalhou-se por outros países (...) Embora nem sempre siga o modelo Inglês, variando de condições ou na atitude dos ricos, ou na reforma da legislação aprovada pelos órgãos do governo, não obstante num ponto todos os países repetiram a história da Inglaterra. Houve em toda a parte, uma guerra contra os sindicatos.”

Ainda HUBERMAN (op.cit.: 204) sobre o início do século XIX:

“Durante um quarto de século, na Inglaterra, a lei considerava ilegal que os trabalhadores se reunissem em associações para a proteção de seus interesses.”

A nosso ver, é evidente que existe um forte componente ideológico na concepção dos pressupostos teóricos do liberalismo econômico, no que tange à intervenção do Estado e na atuação dos sindicatos aqui discutidos. Em ambos os casos, a retirada de todos os entraves ao processo de acumulação parece ser o principal objetivo a ser atingido.

2. A Fase “Liberal” De Meados do Século XIX até 1930

Apesar de o pensamento econômico liberal ter-se constituído a partir de meados do século XVIII nos processos das Revoluções Industrial e Francesa, é somente a partir das primeiras décadas do século XIX que deixa de ter um interesse apenas acadêmico para se transformar numa nova forma de organização da sociedade e da atividade econômica, como bem descreve POLANY (op.cit.: 141-2):

“Seria a-histórico antecipar a política do *laissez-faire* para a época em que essa palavra chave foi usada pela primeira vez na França no século XVIII.”

E conclui que:

“Não foi senão nos anos de 1830 que o liberalismo econômico explode como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se tornou um credo militante.”

Realmente, o mundo em meados do século XIX aderiu incondicionalmente aos principais pressupostos do liberalismo econômico, os quais, por sua vez, acabaram patrocinando um período relativamente longo de grande prosperidade. Por isso mesmo, “nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores, no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico.” (HOBSBAWM, 1996: 62).

Estamos nos referindo ao período que alguns autores consideraram como sendo a “grande expansão” dos anos de 1850 até o início de 1870², período em que a economia mundial, principalmente as economias do continente europeu lideradas pela Inglaterra, atingiram patamares de desenvolvimento de suas economias e do comércio mundial até então sem precedentes naquele século.

Os obstáculos ao livre comércio caíram por terra naquele período, fazendo com que as economias envolvidas nesse processo aumentassem significativamente suas exportações, como descreve HOBSBAWM (1996: 63):

“Mas, de certa forma, a tendência mais impressionante era o movimento em direção à total liberdade de comércio. Abertamente, apenas a Inglaterra (depois de 1846) havia abandonado o protecionismo de forma total, mantendo taxas alfandegárias – pelo menos teoricamente – apenas por razões fiscais. Não obstante (...) uma série de tratados de livre comércio derrubou substancialmente as barreiras de tarifas entre as nações industriais líderes nas décadas de 1860. (...) Apenas os Estados Unidos, cuja indústria se apoiava mais num mercado interno protegido do que em exportações, permaneceram como um bastião do protecionismo...”³

Diante disso, a economia mundial, após içar suas velas e receber os ventos do livre comércio, navegava nas águas do crescimento econômico. Mesmo as economias não industrializadas também se beneficiaram daquela “divisão internacional do trabalho”, uma vez que exportavam produtos primários para as economias que estavam em franco processo de industrialização e, com as divisas geradas, podiam importar os bens industrializados que não produziam internamente. Podemos dizer que estava em pleno vigor a “Lei das Vantagens Comparativas” de D. Ricardo.

O primeiro abalo sofrido pelas economias estruturadas a partir dos princípios do livre comércio, deu-se no período que compreende o início da década de 1870

² É interessante notar como esse ciclo expansivo, ocorrido nas principais economias capitalistas a partir da segunda metade do século XIX, coincide temporalmente – com um intervalo de um século

– com o ciclo expansivo ocorrido a partir do final da segunda guerra mundial, principalmente nas décadas de 50 e 60 do século XX. Cabe ressaltar que o que vai diferenciar um e outro, é o fato de o primeiro ter-se dado sob a égide do liberalismo econômico, e o segundo ter sofrido forte influência do intervencionismo keynesiano, como veremos mais adiante.

³ Para se ter uma idéia da magnitude do crescimento do comércio mundial, HOBSBAWM nos mostra que no período que medeia 1850 a 1870 houve um crescimento em torno de 260%.

até meados da década de 1890. O que caracterizou esse abalo foi a depressão, tanto dos preços dos produtos industrializados, quanto dos produtos agrícolas. Isso, como não poderia deixar de ser, provocou um certo desarranjo nas economias envolvidas naquele processo de trocas internacionais.

Mas o que teria acontecido para que ocorresse essa depressão nos preços do comércio internacional? Sem rodeios, podemos dizer que o crescimento significativo da produção mundial, em um mercado de consumo que não crescia no mesmo ritmo, foi o principal motivo. No que diz respeito ao crescimento da produção industrial HOBBSAWM (1998:62) diz que:

“(...) em parte porque a nova tecnologia industrial fez aumentar enormemente tanto o produto possível como o necessário, em parte porque o próprio número de produtos e economias industriais concorrentes estava crescendo, aumentando, assim, significativamente a capacidade instalada total, e em parte também porque um mercado de massa para os bens de consumo ainda se desenvolvia devagar.”

A mesma coisa ocorreu com os preços dos produtos agrícolas:

“Sua produção, que havia aumentado muito no decorrer das décadas precedentes, agora inundava o mercado mundial. As conseqüências para os preços agrícolas, tanto na agricultura européia como nas economias exportadoras ultramarinas foram dramáticas.” (HOBBSAWM, 1998: 60)

Não podemos nos esquecer de que a queda nos preços refletiu de maneira negativa na taxa de lucro dos empresários e dos agricultores. E essa queda foi motivo suficiente para que esses grupos passassem a exercer uma forte pressão política sobre os seus respectivos governos, cobrando-lhes atitudes que protegessem seus mercados. Momentaneamente, o livre comércio, um dos dogmas do pensamento liberal econômico, estava sendo questionado.

“Os governos eram mais propensos a dar ouvidos aos grupos de influência e de eleitores organizados, que os instavam a proteger o produtor nacional contra a concorrência de bens importados. Pois destes não fazia parte apenas – como se poderia pensar – o enorme bloco de agricultores, mas também importantes organizações de indústrias nacionais, que procuravam minimizar o problema da superprodução pelo menos mantendo o rival estrangeiro fora do país. A Grande Depressão fechou a longa era de liberalismo econômico, ao menos no que tange ao comércio de matérias-primas.” (HOBBSAWM, 1998: 63)

A Tabela 1 ajuda a ilustrar o que estamos tentando mostrar: o livre comércio que movimentou em grande medida as principais economias capitalistas a partir de meados do século XIX, ficou restrito somente à Inglaterra no início do século XX, pois os demais países, cuja importância no continente europeu não pode ser desprezada, lançaram mão do protecionismo como forma de garantir a produção local.

Tabela 1 - Nível Médio das Tarifas Alfandegárias na Europa e nos Eua em 1914:

Países	%
Reino Unido	0
Holanda	4
Suíça, Bélgica	9
Alemanha	13
Dinamarca	14
Áustria, Hungria, Itália	18
França, Suécia	20
Rússia	38
Espanha	41
Estados Unidos (1913)	30

Fonte: HOBBSAWM (1998: 64)

No caso da economia norte americana, como já citado anteriormente, apenas manteve-se numa tendência que já vinha se manifestando desde há muito tempo, mesmo no período de auge do livre comércio, ou seja, protegeu a sua indústria contra os competidores externos⁴. Isso talvez mostre em grande medida, que não deve ter sido por acaso que, anos mais tarde, a Inglaterra viesse a perder a condição de potência hegemônica para os EUA. ARRIGHI (1994:59) nos dá uma pista:

“(...) a capacidade do Reino Unido de ocupar o centro da economia mundial capitalista foi minada pela emergência de uma nova economia nacional, de riqueza, dimensões e recursos maiores que os seus. Tratava-se dos Estados Unidos, que evoluíram para tornar-se uma espécie de buraco negro dotado de um poder de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e mesmo ainda as nações mais ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir.”

E conclui que:

“Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação extremamente favorável de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas aberta ao capital, à mão-de-obra e à iniciativa do exterior, haviam transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico do livre comércio.”(ARRIGHI, op. cit.: 61)

⁴ Analisando a atitude assumida pelos EUA de proteção à sua indústria numa situação em que prevalecia o livre comércio, chega a ser no mínimo curiosa a postura hoje assumida pela economia norte-americana, como por exemplo, com relação à ALCA. Os motivos pelos quais os EUA pressionam para a formação de uma área de livre comércio em nosso continente são óbvios, mas as contradições entre uma postura e outra devem ser alvo de constantes questionamentos.

Mas, o abalo sísmico sofrido pelo liberalismo econômico se restringiu apenas ao livre comércio? Achamos que não, pois um outro dogma do pensamento econômico liberal, um dos mais importantes, começava também a ser questionado: o mercado estruturado segundo a ótica da “livre concorrência”.

A transformação pela qual passou o sistema capitalista no final do século XIX e início do século XX, caracterizou-se por uma profunda mudança no padrão tecnológico, proporcionada pelo emprego da eletricidade, da física, da química, do petróleo, do motor a combustão, na proliferação das indústrias de bens de capital; esta mudança de padrão tecnológico alterou radicalmente as relações entre as empresas, uma vez que acabou induzindo o surgimento das chamadas economias de escala. Esse processo poderia levar, como de fato levou, à concentração de capital por causa da considerável redução dos custos de produção que o processo proporciona. A partir de então, verificou-se a ocorrência de fusões, aquisições e incorporações de pequenas e médias empresas por grandes empresas, tornando-as ainda mais poderosas em seus mercados. Essa transformação jogou por terra os princípios básicos da livre concorrência.⁵

Como observa HOBBSAWM (1998:82):

“(...) houve a concentração de capital, o aumento da escala, que levou à distinção entre empresa e grande empresa, ao retraimento do mercado de livre concorrência e a todos os demais aspectos que, por volta de 1900, levaram os observadores a buscar em vão rótulos gerais que descrevessem o que parecia ser cabalmente uma nova fase de desenvolvimento econômico.”

A concentração de capital tornou-se um fato. Tanto que, em 1926, período em que o liberalismo econômico voltava a seduzir as mentes de empresários e governantes, o economista italiano Piero Sraffa, radicado naquele que era o principal templo da ortodoxia liberal, a Universidade de Cambridge, publica um pequeno artigo de apenas 15 páginas, que, contudo, provocou grande polêmica entre seus pares. No artigo “The Laws Of Returns Under Competitive Conditions” (As Leis de Rendimentos em condições Competitivas) Sraffa

“mostrava que o pressuposto da concorrência perfeita quase não se aplicava a nenhum mercado real e que se deveria reconstruir a teoria dos preços a partir da constatação de que a maioria das empresas industriais podia usufruir de ganhos de escala e que portanto lhes convinha crescer até o ponto em que tais ganhos são compensadores – donde resulta que a maior parte dos mercados são regidos por concorrência imperfeita ou concorrência monopolista.” (SINGER, 1978: 03)

Que os marxistas tratassem a concentração de capital como algo que faz parte da própria natureza do sistema capitalista, tudo bem. Mas a crítica, partindo de dentro do pensamento econômico liberal, era novidade.

Portanto, podemos dizer que a Grande Depressão talvez não tenha ocorrido

⁵ Essa já era uma constatação entre os marxistas, por se tratar de uma tendência inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista. A permanente elevação da “Composição Orgânica” do capital, em que o capital constante tende sempre a se sobrepor ao capital variável, levaria inevitavelmente à concentração de capital.

nas proporções de uma verdadeira crise global. Mas por certo, a economia mundial passou por períodos de grandes incertezas e flutuações da atividade econômica, que acabaram por colocar em dúvida a eficácia dos pressupostos do liberalismo econômico, principalmente se levados em consideração suas evidentes contradições internas. Mesmo assim, tais idéias resistiram às tormentas e mesmo seu abandono temporário, durante a primeira Guerra Mundial (1914 – 1917), não chegou a significar muita coisa, uma vez que na década de 1920, o *laissez-faire* foi retomado pelas principais economias capitalistas – agora sob a liderança dos EUA – patrocinando um novo ciclo de crescimento até que fosse novamente solapado, só que desta vez, de maneira incontestável, pela grande crise que se iniciou em 1929.

Por mais de 70 anos, o liberalismo econômico reinou absoluto, sofrendo concorrência apenas de outra ortodoxia igualmente importante, mas que encontrava dificuldades para fazer proliferar suas idéias dentro da ordem social burguesa, tendo em vista seu aguçado senso crítico em relação ao modo de produção capitalista. Estamos nos referindo ao marxismo, ideologia que se difunde principalmente após a publicação, em 1867, daquela que é, até os dias atuais, a sua principal obra: O *Capital* de Karl Marx. Seus defensores “pretendiam perscrutar o capitalismo com olhos críticos, à procura de suas contradições inevitáveis, cujo aguçamento progressivo – sob a forma de crises cada vez mais freqüentes, longas e profundas – provocaria a queda definitiva do sistema e sua substituição por outro mais justo e mais eficiente.” (SINGER, op.cit.:1978)

O Marxismo é uma antítese aos pressupostos do liberalismo econômico e o seu triunfo, na atrasada Rússia em 1917, marcou definitivamente essa divergência e, por conseqüência, a quase totalidade do século XX. É o que veremos a seguir antes de continuarmos analisando os tortuosos caminhos percorridos pelo liberalismo econômico no início do século XX.

3. A crise dos anos 30 e a derrocada do liberalismo econômico

Com o final da Primeira Guerra Mundial, enquanto as economias capitalistas sofriam os percalços inevitáveis que um pós guerra sempre tende a proporcionar – exclusive os EUA que saíram fortalecidos da Guerra –, um importante acontecimento ocorrido no continente europeu não pode deixar de ser mencionado, pelo fato de ter modificado completamente a história do século XX. Estamos nos referindo à Revolução Proletária ocorrida na Rússia em outubro de 1917⁶ que instituiu naquele país o modo de produção socialista.

⁶ Para HOBBSAWM, a importância da revolução na Rússia em 1917 residiu no significado de sua repercussão. Senão vejamos: “A revolução de outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do Islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos ‘Dez dias que abalaram o mundo’ (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista. A maioria seguiu a URSS na segunda onda de revoluções surgida da segunda fase da longa guerra mundial de 1914-45” (Fonte: HOBBSAWM, 1995: 62)

A nosso ver, a Revolução de outubro de 1917 marcou o início do século XX, pelo menos por dois motivos fundamentais que estão diretamente relacionados com os objetivos deste artigo.

1- O primeiro motivo é econômico. O surgimento do socialismo, fruto de um movimento notadamente de esquerda⁷, foi a primeira manifestação radicalmente contrária aos princípios do liberalismo econômico, na medida em que propôs e efetivamente implementou a planificação e a coletivização dos meios de produção. O “individual” passou a ser substituído pelo “coletivo”⁸. Como se vê, o socialismo pressupõe um grau extremamente elevado de intervencionismo na economia, algo que nem em sonho passava pelas mentes dos adeptos do liberalismo econômico. “A falta de diálogo entre as duas correntes era absoluta, fundada em divergências semânticas irreconciliáveis.” (SINGER, op.cit: 01)

2 -O segundo motivo é político. O socialismo passou, a partir de então, a ser uma alternativa ao sistema capitalista e com uma proposta bastante sedutora: a propriedade coletiva dos meios de produção aboliria definitivamente a exploração capitalista, proporcionando, com isso, uma melhora significativa nas condições materiais e culturais da maioria da população (pelo menos em tese). Como veremos mais adiante, essa disputa marcou em termos políticos, praticamente todo o século XX e, de alguma forma, representou uma mudança de postura do capitalismo, visto que passou a dar mais atenção às questões sociais, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Feito esse parênteses sobre o advento da Revolução na Rússia em 1917, voltemos a analisar o caminho percorrido pelo liberalismo econômico nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente na década de 1920, quando a normalidade parecia ter sido restabelecida, após um início de século um tanto quanto turbulento. Diante daquela aparente normalidade, um clima de euforia passou a contaminar os mercados, e o liberalismo econômico, que havia se afastado temporariamente do cenário internacional durante a Primeira Guerra, voltou a ser cantado em prosa e verso por empresários ávidos por lucros e por governos que tinham a perspectiva de uma retomada do crescimento econômico a nível mundial. A revolução Russa de 1917 parecia ser um caso isolado e ainda não causava maiores preocupações, pelo menos para aqueles que viviam na “aquecida” economia dos EUA. A mensagem do Presidente Calvin Coolidge ao Congresso norte americano em 04/12/1928 mostra bem o tamanho dessa euforia:

“Nenhum Congresso dos Estado Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje (...) A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve

⁷ Como veremos mais adiante, outras formas anti-liberais vão surgir de movimentos ligados diretamente à direita radical, como o fascismo e o nazismo.

⁸ Detalhe curioso: a planificação que surge na então URSS como forma de orientar o seu desenvolvimento econômico, como veremos, serviu de “modelo” para vários países capitalistas, seja para promover um processo de industrialização mais efetivo, seja como instrumento para fazer frente às suas inevitáveis crises periódicas.

a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo.” (Fonte: HOBSBAWM, 1995: 90)

Mas o pior ainda estava por vir. Apenas dez meses após a mensagem otimista do Presidente Coolidge ao Congresso, que acabamos de reproduzir, os EUA entrariam naquela que seria a maior crise econômica e social de sua história e que acabaria se tornando em uma crise planetária, visto a importância que a economia norte americana já possuía naquela época. Estamos nos referindo ao colapso econômico provocado pela “quebra” da bolsa de Nova York em outubro de 1929. Como descreve HOBSBAWM (1995:91):

“Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperar-la.”

Assim como ocorrera nas décadas de 70 a 90 do século XIX, em que uma super-produção provocou uma acentuada depressão nos preços, novamente uma economia baseada no *laissez-faire* parecia fadada ao colapso. Outra vez o que se viu foi que a idéia de mercados auto-reguláveis não encontrava sustentação quando defrontada com a realidade.

HOBSBAWM (1995:104) nos dá o seguinte parecer sobre a crise:

“O que acontecia, como muitas vezes acontece nos booms de mercados livres, era que, com salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez provocou o colapso.”

Não é difícil de entender porque a crise não se restringiu apenas à economia americana. Em 1929 os EUA já eram a economia mais importante do planeta, com peso cada vez maior no comércio internacional, seja de importação, seja de exportação. Logo, o resultado não poderia ser outro, senão o alastramento da crise para a Europa e para países da América Latina⁹, Ásia e África. Senão vejamos:

⁹ Não podemos nos esquecer da forma como a crise de 1929 veio atingir a economia primário exportadora do Brasil. Como grande produtor e exportador de café, com a queda do comércio mundial pós crise, para se evitar uma derrocada geral da economia brasileira, estoques inteiros de café foram queimados, numa tentativa desesperada de se impedir um colapso ainda maior nos preços. (FURTADO, 1961)

“Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial – pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais européias” (...) Em suma, após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muito aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial.” (HOBSBAWM, 1995: 101)

Logo, uma economia desse porte, desacelerando bruscamente seu ritmo de crescimento, deixando de produzir, deixando de vender e, principalmente, deixando de comprar, o resultado só poderia ser uma crise global. Crise essa que teve como subproduto a produção em série de milhões de desempregados, que, atônitos com tal situação, sem saber muito bem o que fazer, não vão sequer poder se socorrer em alguma atividade assistencial do Estado, tendo em vista o fato do sistema previdenciário no período ser extremamente precário.

HOBSBAWM (1995:97) nos mostra essa dramática situação:

“Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (a menos que pudessem voltar para a família camponesa no interior), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara.”

Os números apresentados sobre o desemprego são ainda mais impressionantes:

“No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% das americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego(...) Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar.” (HOBSBAWM, 1995: 97)

Agora, mais do que nunca, os pressupostos do liberalismo econômico tais como a crença numa economia auto-regulável, que tenderia sempre ao equilíbrio e utilizaria plenamente todos os seus fatores de produção – capital, terra e trabalho –, estavam sendo colocados em xeque, exatamente porque os ditos fatores de produção estavam sendo subutilizados.

A crise que se abateu sobre as nações, desenvolvidas ou não, o desemprego em massa, a falência de inúmeras empresas, o colapso nos preços, a redução drástica do comércio mundial, enfim toda aquela situação de penúria em que se encontrava a economia mundial, cujo cenário de “terra arrasada” predominava e chocava até os mais céticos, era uma situação que, para os defensores do liberalismo econômico, simplesmente não poderia acontecer, visto que os mercados, se deixados “livres”, deveriam tornar as economias imunes à crises. Qual era o modelo econômico que predominava nas principais economias capitalistas no período imediatamente anterior à crise de 1929? Desde meados do século XIX, como vimos, o liberalismo econômico passou a

fazer parte da ordem social burguesa e assim permaneceu, apesar das oscilações cíclicas da economia capitalista, durante todo o período em questão. “Não obstante, foi preciso estourar a crise mundial de 1929, que mergulhou o capitalismo na maior depressão de sua história, para abalar seriamente os alicerces da economia liberal.” (MANTEGA, 1987: 24)

GALBRAITH (op.cit.:176) nos dá o seu parecer:

“Uma característica singular e significativa do sistema clássico é a ausência de uma teoria das depressões (...) O equilíbrio ao qual a economia se adaptava era um equilíbrio de pleno emprego – o fim ao qual as oscilações de preços e salários inevitavelmente levavam. E havia a Lei de Say. Uma depressão, obviamente, é uma ocasião em que as mercadorias se acumulam por falta de compradores; os trabalhadores, conseqüentemente, permanecem ociosos porque, com uma oferta abundante de bens e estoques repletos, quem precisa deles para fabricar ainda mais mercadorias? Ora, mas uma ausência de compradores é uma escassez de demanda, e a Lei de Say especificava claramente que isso não poderia acontecer.”

Diante disso, os defensores do liberalismo econômico só tinham a oferecer conselhos no sentido de que a economia deveria ser deixada a si mesma para reencontrar seu equilíbrio. Essa ausência de explicações convincentes para a crise como também de medidas concretas para enfrentá-la, dificultou as ações dos tomadores de decisões sobre qual melhor caminho deveria ser seguido.

Ainda dentro da questão das tomadas de decisões naquele ambiente de crise:

“Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos dos que ocupavam cargos de autoridades em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com cartas dos mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar.” (HOBSBAWM, 1995: 106)

Então, visto a ocorrência de acontecimentos tão importantes e decisivos na vida das pessoas, atingindo desde o empresário mais importante até o cidadão mais comum, pois um perdeu a empresa e o outro perdeu o emprego, passamos a assistir ao malogro do pensamento econômico liberal, pois como bem sintetiza HOBSBAWM (1995:99): “Numa só frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século.”

Mas, se o mundo parecia ter desmoronado a partir de 1929, um fato passou a chamar a atenção de governos empreendidos em encontrar saídas plausíveis para a crise: a URSS, país que há bem pouco tempo atrás havia abandonado revolucionariamente o modo de produção capitalista e aderido ao socialismo, mostrava que não havia sido atingida pela Grande Depressão. Muito pelo contrário, a economia soviética dava sinais de grande vitalidade econômica. O modelo de economia centralmente planejada adotado pela URSS, teve um efeito extremamente positivo, transformando uma economia pouco desenvolvida no início do século XX, em uma economia que caminhava a passos largos rumo à industrialização no final da década de 1930.

Os resultados apresentados pela economia centralmente planejada da URSS foram tão significativos¹⁰ que o planejamento econômico passou a ser “produto de exportação”, principalmente após o final da segunda Guerra Mundial, quando vários países acabaram adotando-o como forma de orientar o desenvolvimento de suas economias. Antes disso, podemos citar o New Deal do Presidente Roosevelt em 1933 na “ex” economia liberal norte americana e até mesmo a Alemanha nazista, quando Hitler, a partir de 1933, implementa o seu Plano Quadrienal. (GALBRAITH, 1989)

Mas como já mencionado, foi a partir do final da Segunda Guerra que tal expediente passou a ser utilizado em larga escala, tanto por países desenvolvidos, quanto por aqueles países que ainda estavam buscando o caminho da industrialização.¹¹ Colaborou para isso, o fato de que o sistema capitalista, após o final da Segunda Guerra Mundial, ter sido influenciado pelas idéias de John Maynard Keynes, economista Inglês, egresso da Escola Neoclássica, ex-discípulo de Marshall, que revolucionou a teoria

a econômica a partir de 1936, quando publicou a “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Nesta obra, entre outras coisas, Keynes defende a idéia de que uma intervenção efetiva do Estado na economia tem efeitos benéficos sobre a demanda como um todo, o que tenderia a atenuar as crises periódicas do sistema capitalista. Mas isso é assunto para discutirmos mais adiante, no item 4 do presente artigo.

Para os objetivos que estamos nos propondo atingir, o advento do planejamento econômico foi de fundamental importância, na medida em que é uma proposta totalmente antitética daquilo que pregavam os defensores do liberalismo econômico. Não podemos nos esquecer de que, a atitude de se adotar o planejamento econômico interfere naquele que talvez seja o pressuposto mais caro até hoje aos liberais: o livre funcionamento dos mercados.

Mudando de foco, consideramos ser de fundamental importância uma análise sobre os acontecimentos políticos no período que estamos analisando, pois se o socialismo na URSS pode ser considerado como resultado de um movimento de esquerda, que pretendia se impor como alternativa efetiva ao capitalismo e seus preceitos liberais, a crise de 1929 também produziu movimentos notadamente de extrema direita, anti-liberais, que conquistaram terrenos importantes, principalmente no continente

¹⁰ Segundo Hobsbawm.: “De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo.”(HOBSBAWM, 1995: 100)

¹¹ O Brasil foi um dos países que lançou mão do planejamento econômico como forma de orientar seu processo de industrialização. O Plano de Metas elaborado no governo J.K., é um exemplo.

¹² BOBBIO e PASQUINO, nos dão a seguinte definição de Fascismo: “Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com a lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.” (BOBBIO E PASQUINO, 1997: 466)

européu, mas não só nele: estamos nos referindo ao avanço do fascismo¹² depois da grande depressão. Como descreve HOBBSAWM(1995:111-12):

“O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma (...) Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados (...) A terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num fenômeno mundial, e mais objetivamente, num perigo mundial.”

O Fascismo já era um movimento político que vinha crescendo no continente europeu na década de 1920, em países como a Itália e a Alemanha, onde o aparecimento de líderes carismáticos como Mussolini e Hitler chamavam a atenção por seu discurso de exaltação nacionalista, o que contribuía para que aumentasse a cada dia a fileira de simpatizantes. Mas foi mesmo a Grande Depressão que deu um impulso significativo a tal movimento, principalmente se levarmos em consideração o triunfo de Hitler na Alemanha em 1933 como Chanceler Alemão.

Então, após a Grande Depressão, surgiram vários regimes de extrema direita na Europa. Como vimos, na Alemanha o Nazismo, na Itália o Fascismo e, em outros países, regimes semelhantes como o “Franquismo” na Espanha e o “Salazarismo” em Portugal. Fora da Europa temos o exemplo do Japão Imperial militarista que teve praticamente as mesmas características. Apesar de algumas poucas diferenças entre eles, pelo menos uma particularidade os unia de maneira incontestável: todos eram triunfantemente anti-liberais.

Mas o que teria levado tais movimentos a proliferarem de maneira significativa, principalmente no continente Europeu? Nos parece claro que o “estado de coma” econômico que a Grande Depressão impôs a esses países fez com que tais líderes carismáticos soubessem canalizar o descontentamento das massas, cooptando-as e seduzindo-as com seus projetos políticos, via de regra, com forte apelo nacionalista e xenófobo.

Esses movimentos se anteciparam, providencialmente para as elites conservadoras, aos movimentos de esquerda que representavam o “perigo” da revolução social. Outubro de 1917 não estava distante e por isso mesmo começava a causar calafrios nas classes dominantes. Logo, podemos dizer que o avanço desses movimentos de extrema direita no continente europeu, foram possíveis porque tiveram o consentimento e a convivência das elites locais.

HOBBSAWM (1995:130) nos dá o seguinte parecer sobre o crescimento desses movimentos da direita radical pós Grande Depressão:

“As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la (...)”

E conclui que:

“Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desam-

paradas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultra-radicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3 .”

Em suma, a grande depressão não apenas produziu uma incrível crise econômica, colocando em xeque o liberalismo econômico, como também produziu uma desastrosa crise política que acabou destruindo os valores e as instituições da sociedade liberal-burguesa, quais sejam, os regimes democráticos representativos e a liberdade dos cidadãos no que diz respeito a expressão, organização, associação, publicação etc., pilares de uma civilização que foram difundidos após a Revolução Francesa de 1789, como bem demonstra HOBBSAWM(1995:115):

“(...) o liberalismo fez uma retirada durante toda a era da catástrofe (...) Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920. Até 1938, havia talvez 17 desses Estados, em 1944 talvez 12 de um total global de 65. A tendência parecia clara.”

Pensamos ter demonstrado até aqui, como o liberalismo econômico sofreu importante derrota após a crise de 1929, e como seus “ensinamentos” foram cabalmente contestados pelos fatos que a partir de então se sucederam. Pensamos ter demonstrado também como as alternativas tanto ao liberalismo econômico, quanto ao liberalismo político surgiram no cenário mundial após 1929, quando movimentos identificados com a revolução social notadamente de esquerda e movimentos identificados com a direita radical fizeram ferver o caldeirão ideológico no período. Mas a principal alternativa ao liberalismo econômico ainda estava por se afirmar. É o que veremos a seguir.

4. O segundo pós-guerra e a “era de ouro” do capitalismo

O período que iremos analisar agora, diz respeito a fase da economia mundial que compreende o final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970, e primou fundamentalmente por sua singularidade. Isso porque, foi o período de maior prosperidade do sistema capitalista – principalmente para as economias capitalistas desenvolvidas¹³ – e teve como novidade, um incrível processo de inclusão social, o que tornou esse capítulo da história econômica mundial tão particular, único e sem precedentes até então e até os dias atuais em que estamos escrevendo o presente artigo.

O que tornou isso possível foi a proliferação, após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente nas décadas de 1950 e 1960, de Estados que passaram a ter, cada vez mais, uma ingerência decisiva sobre suas respectivas economias, em busca daquilo que nos parece ser uma tentativa de reconstrução do sistema capitalista. E essa reconstrução passava necessariamente pelo abandono em escala

¹³ Gostaríamos de deixar claro, desde já, que esse período de grande desenvolvimento econômico e com significativo processo de inclusão social, pertenceu e ainda pertence exclusivamente aos países capitalistas desenvolvidos e, em grande medida, com uma localização geográfica definida: o continente europeu.

mundial dos ideais do liberalismo econômico.

Como analisa MANTEGA (1987:25):

“Para garantir a sobrevivência do capitalismo fazia-se necessário renovar a economia política com novos instrumentos de interpretação e intervenção, capazes de solucionar as contradições mais prementes da acumulação de capital, tais como: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado, e outras perturbações que afligiam crescentemente a burguesia.”

Coube ao economista inglês John Maynard Keynes papel de significativa importância nesse processo de transformação pelo qual passa o capitalismo a partir do final do segundo pós-guerra. Não é a toa que muitos autores que escreveram sobre o período, tratem como sendo o período da “Revolução Keynesiana”.

Apesar da “Teoria Geral” ter sido publicada em 1936, foi somente no período que estamos analisando que ela teve importante impacto econômico e político, sobretudo nas economias capitalistas européias, caindo como uma luva nas mãos de governantes e tomadores de decisões, ávidos por mudanças e, principalmente, por se apresentar como uma alternativa viável ao modelo liberal econômico, que para muitos teria sido o grande responsável pelo colapso econômico do período entre-guerras.

Mas afinal, o que propunha Keynes em sua “Teoria Geral”, que acabou por influenciar decisivamente os rumos da economia capitalista no período do pós-guerra?

“A resposta oferecida era: aumentar o consumo. No diagnóstico keynesiano, a causa do desemprego consistia na insuficiência de demanda. Assim qualquer redistribuição de renda em favor dos que consumiam a maior parte do que ganhavam e qualquer expansão dos gastos do governo estimulariam a produção e reduziriam o desemprego.” (PRZEWORSKI, 1995: 245-6)

Ou ainda conforme GALBRAITH (1989:200)

“Os aspectos essenciais de sua tese foram concebidos de maneira simples e direta objetivando libertar as políticas antidepressivas e anti-recessivas dos seus grilhões clássicos. A economia moderna, afirmava ele, não encontra seu equilíbrio necessariamente no pleno emprego; ela pode encontra-lo no desemprego. A Lei de Say já não valia mais; poderia haver uma demanda insuficiente. O governo pode e deve tomar medidas para combater esta insuficiência.

A interpretação de MANTEGA(op.cit.: 26-7) segue na mesma linha de raciocínio:

“Segundo a nova ótica keynesiana, as forças de mercado, deixadas a si mesmo, estariam longe de promover a alocação ótima de recursos, causando, pelo contrário, capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Nesse contexto, fazia-se necessário a intervenção mais decidida do Estado na economia, não mais apenas enquanto administrador da coisa pública (defesa, educação, justiça, etc.) ou mero regulador das atividades privadas, mas também enquanto agente direto da produ-

ção aumentando os investimentos e gastos da sociedade (tidos como insuficientes no capitalismo avançado) privilegiando determinados setores em detrimento de outros, enfim, orientando a estrutura econômica para uma produção mais equilibrada.”

Nos parece claro que tanto a definição de PRZEWORSKI, quanto a de GALBRAITH e MANTEGA, reafirmam aquilo que já havíamos dito no início: o Estado passa a ter importância fundamental no desenvolvimento de suas respectivas economias.

HOBSBAWM (1995:264) vai ajudar a concluir nosso raciocínio:

“As grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções, são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos : da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coréia do Sul.”

A idéia de que o mercado, se deixado a si só, seria a melhor forma de organização social e econômica parecia realmente ser coisa do passado, que muitos agora queriam transformar em peça de museu. A ordem para esquecer as “velhas” tendências parecia clara.

O compromisso político com o pleno emprego, representado pelas inexpressivas taxas de desemprego¹⁴, significou um importante processo de inclusão social e um exemplo cabal de que os governos das nações capitalistas desenvolvidas estavam realmente imbuídos na tentativa de fazer com que o período anterior fosse realmente esquecido. Ninguém, nem em sonho, queria se recordar do desemprego em massa pós crise de 1929 e seus efeitos políticos desastrosos.

Para Singer (op.cit.: 1978:6), “(...) o pleno emprego tornou-se um objetivo explícito da mais alta prioridade e os instrumentos de política econômica foram postos em ação, com resultados tão notáveis que podem ter inaugurado uma nova fase da história do capitalismo.”

A receita de Keynes de aumento do consumo como forma de dinamizar as economias capitalistas, quando analisada em retrospectiva, parece realmente ter dado certo e, ao que tudo indica, tornou-se a mola propulsora do “boom” econômico verificado no período, na medida em que ampliou sensivelmente o mercado consumidor. Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massas.

Some-se a isso, o fato de que o período coincidiu com o surgimento de políticas públicas voltadas para o bem estar geral da população como, por exemplo, altos investimentos em programas de saúde, educação, habitação e seguridade social, que acabaram dando aos participantes desse processo o verdadeiro senti-

¹⁴ A taxa de desemprego no continente europeu da década de 1960 era bem próxima do pleno emprego, ou seja, algo em torno de 1,5%. (HOBSBAWM, 1995)

¹⁵ MARSHALL analisa com muita propriedade o longo e sinuoso caminho percorrido pelo conceito de cidadania até ter a aparência que hoje conhecemos. Para MARSHALL o conceito de cidadania é composto por 3 direitos fundamentais que estão diretamente relacionados entre si, e cada um terá o seu próprio momento histórico para se desenvolver. São eles :

do da palavra “cidadania”.¹⁵

Essa incrível combinação de um Estado cada vez mais decidido a orientar os caminhos do desenvolvimento econômico, e também pronto para atender as necessidades mais objetivas da sociedade, acabou se configurando naquilo que hoje conhecemos como o “Estado do Bem-estar social,” ou como no original, Welfare State.¹⁶ Sua atuação decisiva na administração do nível geral de demanda da economia foi de fundamental importância para entendermos sua difusão pelas economias capitalistas desenvolvidas e, acima de tudo, o sucesso econômico que a partir dele foi possível se constatar.

Como observa HOBBSAWM(1995:279):

“No final da década de 1970, todos os estados capitalistas avançados se haviam tornado ‘Estados do Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos).”¹⁷

Para entendermos tudo isso que acabamos de expor, torna-se necessário nos determos nas principais características políticas do período. Isso porque, esquecer as “velhas” tendências, não se restringia apenas ao aspecto econômico com o abandono dos ideais do liberalismo econômico. Esquecer as “velhas” tendências significava também, arrancar a página da história da humanidade que coincidia com a ascensão dos regimes totalitários, que levaram as nações de todo o mundo praticamente, a se envolverem naquele que seria o conflito bélico mais sangrento da história, onde milhões de vidas humanas foram ceifadas. Numa só palavra: o segundo pós-guerra foi marcado pelo ressurgimento do **liberalismo político** nas principais economias capitalistas.

Esse ressurgimento criou as condições favoráveis para o crescimento da influência de partidos Social-democratas sobre os governos das principais economias

· Direito civil : “O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e concluir contratos válidos e o direito de justiça.” Esse direito foi conquistado ao longo do século XVIII, mais especificamente a partir da Revolução Francesa de 1789.

· Direito político: “Por elemento político se deve entender o direito a participar no exercício do poder político, como um membro de organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local.” Esse direito foi conquistado à duras penas durante todo o século XIX.

· Direito social: “O elemento social se refere a tudo do que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.” O direito social como último elemento para se formar o conceito de cidadania, foi conquistado no século XX como fruto do amadurecimento dos dois últimos. (MARSHALL, 1967: 15)

¹⁶ Apesar do Estado do bem-estar social ter-se desenvolvido em grande medida a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo no continente europeu, Galbraith nos mostra que tal iniciativa nasce no final do século XIX na Alemanha do Conde Otto von Bismarck: “Em 1884 e 1887, após considerável controvérsia, aprovou-se no Reichstag leis que, de maneira rudimentar, protegiam os trabalhadores de acidentes, doenças, velhice e incapacidade.” (GALBRAITH, op. cit.: 189)

¹⁷ Esses altos gastos públicos em seguridade social que tanto caracterizou o Estado do bem-estar social, acabou se configurando numa preocupante crise fiscal e ser considerada pelos liberais como sendo o principal responsável pela crise que se instala na economia capitalista a partir de meados da década de 1970.

capitalistas, principalmente na década de 1960. Logo, o que se viu a partir de então foi a proliferação de governos que seguiram tal orientação ideológica, concretizando-se numa tendência política que marcou todo o período.

A Social-democracia, sempre disputou com o Socialismo a preferência da classe operária. A principal diferença entre ambos estava no caminho a ser percorrido para se chegar ao poder. Enquanto os socialistas defendiam o processo revolucionário, os adeptos da Social-democracia insistiam em mover-se rigorosamente no âmbito das instituições liberal-democráticas, refutando qualquer atividade de cunho revolucionário. Essas diferenças renderam acalorados debates no seio do proletariado, cindindo de maneira irreversível o movimento operário mundial.

O surgimento da “Revolução keynesiana” propiciou um impulso significativo à Social-democracia, na medida em que representou a oportunidade que seus defensores estavam esperando para enfim chegar ao poder, governar países e, principalmente, para posicionarem-se de maneira cabal, como sendo a principal alternativa ao liberalismo econômico e ao Socialismo. Isso porque ofereceu aos partidos políticos do operariado, tidos como reformistas, os instrumentos necessários para que a economia pudesse operar próxima do pleno emprego dos chamados fatores de produção, através de uma política efetiva do Estado, de administração da demanda, atenuando as crises cíclicas do capitalismo. (PRZEWORSKI, 1995)

Então, esse parece ter sido o grande “pacto” político que a Social-democracia patrocinou a partir do final da Segunda Guerra Mundial, conseguindo atrair setores importantes do proletariado e da burguesia, fato que acabou possibilitando ao sistema capitalista crescer e, ao mesmo tempo, proporcionar um grau maior de justiça social.

“Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que torna mais fácil o planejamento. A mão de obra recebia salários que subia regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso.”(HOBSBAWM, 1995: 277)

Fica evidente o contraste com períodos anteriores vividos pelo sistema capitalista. O significativo processo de inclusão social que tentamos demonstrar foi uma exceção. De repente, o capitalismo se mostrou inteiramente modificado, reformado e até mesmo, domesticado. O que teria acontecido para que o capitalismo se transformasse de súbito? Não podemos nos esquecer que com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido por duas grandes ideologias: Capitalismo e Socialismo. O Capitalismo já não era mais hegemônico; muito pelo contrário, disputava terreno palmo a palmo com um sistema que tinha propostas tentadoras, socialmente falando. Se continuasse a ser excludente – como parece ser sua principal inclinação – aumentando as diferenças entre ricos e pobres, e se continuasse a ter as mesmas mazelas que o caracterizaram desde o seu surgimento, o Capitalismo poderia obter importantes derrotas no campo político. Temos plena consciência de que trata-se de um assunto polêmico cuja complexidade demanda-

ria um estudo bem mais aprofundado para se ter conclusões mais concretas. No entanto, trata-se de uma hipótese que gostaríamos de deixar em aberto para futuras reflexões que possam ajudar a entender melhor essa questão.

5. Os do contra

Vimos até aqui como as políticas keynesianas de administração da demanda tiveram grande repercussão em vários países do capitalismo avançado. Diante disso, o liberalismo econômico pareceu realmente fadado ao esquecimento, a ser coisa do passado. Será? Não é o que nos mostra a história econômica. Já em 1936, mesmo ano da publicação da “Teoria Geral”, o economista inglês John Richard Hicks lançou uma verdadeira contra ofensiva liberal com a publicação do artigo “Mr. Keynes And The Classics”, em que com bastante ironia, critica frontalmente as idéias defendidas por Keynes, numa tentativa de manter vivos os principais pressupostos do pensamento econômico liberal.

Mas, nos parece que foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial que ocorreu o principal movimento a favor de um mercado livre de intervenções. Estamos nos referindo ao surgimento do neoliberalismo¹⁸, cujo precursor foi o economista austríaco Friederich August Von Hayek que passou a sintetizar um sentimento político-ideológico e teórico marcadamente contrário às políticas intervencionistas keynesianas.

ANDERSON (1995:9) nos mostra como se deu o surgimento dessa nova maneira de manifestação dos ideais do livre jogo das forças de mercado:

“O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é ‘O Caminho da Servidão’, de Friederich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.”

A partir de então, foram se aglutinando em torno desse pensamento pessoas que compartilhavam das idéias de Hayek – entre eles, Milton Friedman –, que acabou se tornando numa verdadeira frente liberal contra as novas tendências do sistema capitalista. A partir de 1947, essa frente ganha nome e corpo internacional, com a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, que passou a funcionar como um órgão “oficial” do pensamento liberal e responsável direto pela difusão de suas idéias. (ANDERSON, op.cit.)

Como vimos, os anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente as décadas de 1950 e 1960, foram de um expressivo desenvolvimento econômico e social nas principais economias capitalistas; um

¹⁸ Achamos ser questionável o uso do prefixo “neo”, uma vez que vai conferir status de novidade a um fenômeno que não incorporava nada de fundamentalmente novo ao velho liberalismo econômico, muito pelo contrário, sua essência caracterizada pela fé cega no mercado auto-regulável permanecia praticamente intacta.

desenvolvimento com presença marcante do Estado. Logicamente, numa situação dessas, idéias liberalizantes como as que defendiam Hayek, Friedman e outros, não encontrariam muito espaço para sua divulgação e difusão. O intervencionismo keynesiano ia dando certo na medida em que proporcionava desenvolvimento econômico com um grau menor de desequilíbrio social.

Assim ANDERSON (op.cit.: 10) descreve essa dificuldade:

“As condições para esse trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por essa razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado.”

HOBSBAWM (1995:266) confirma:

“Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercado e governos. Mas entre as décadas de 1940 e de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.”

No prefácio de “Capitalismo e Liberdade” de FRIEDMAN (1982: 05) encontramos a prova final que dará sustentação ao nosso argumento:

“(…) quando este livro foi publicado pela primeira vez (1953), suas teorias estavam tão afastadas da corrente predominante que não mereceram nenhuma resenha por parte de qualquer das principais publicações nacionais.”

Esse ciclo expansivo de longa duração que se difundiu pelo capitalismo avançado, começou a dar sinais de enfraquecimento a partir de meados da década de 1970, levando essas economias a experimentarem um período também longo de desaceleração do crescimento econômico. Era a chance histórica que Hayek, Friedman e outros estavam esperando para, numa só tacada, criticar com mais veemência o intervencionismo econômico, culpando-o pela crise e, ao mesmo tempo, anunciar que a partir daquele momento era chegada a hora e a vez do capitalismo livre de regras. Parecia que finalmente o mercado se vingaria daqueles que um dia cometeram a heresia de tentar controlá-lo. Paulatinamente, ideais liberalizantes começaram a dominar a cena política e econômica em importantes centros econômicos, com maior destaque para as décadas de 1980 (Europa e EUA) e 1990 (Leste europeu e América Latina). Atualmente, parece estar perdendo a força. Mas isso é assunto para uma próxima oportunidade.

Para finalizarmos, torna-se necessário fazermos uma rápida análise sobre os reflexos dessa nova tendência mundial sobre os países da América Latina, principalmente no que diz respeito ao seu processo de desenvolvimento econômico.

6. Os reflexos da “era de ouro” sobre as economias latino-americanas

Podemos dizer que na América Latina como um todo, o livre comércio prevaleceu até a crise de 1929, tendo em vista que os principais países do continente

tinham como modelo uma economia voltada para produção e exportação de produtos primários, ou seja, economias primário-exportadoras, cuja relação das elites locais com o capital comercial internacional era de extrema cumplicidade.

Após a crise de 1929 e, ao longo de toda a década de 1930 – variando de país para país, tendo em vista não ser um movimento simétrico – esse quadro começou a se alterar de maneira decisiva, principalmente se levarmos em consideração a ocorrência de movimentos internos, de caráter político e econômico, favoráveis a uma intervenção mais efetiva do Estado, com o claro objetivo num primeiro momento, de proteger suas respectivas economias. Como nos mostra TAVARES(1972:33):

“A profundidade do desequilíbrio externo fez com que a maior parte dos governos adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Medidas que consistiram basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna.”

Num segundo momento, esse tipo de intervenção do Estado tentando proteger suas economias contra os efeitos da crise acabou tendo um efeito positivo, na medida em que engendrou algum tipo de processo substitutivo nessas economias. Como conclui TAVARES (op.cit.:33):

“Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente e reduzido violentamente a capacidade de importar, estava desfeita a possibilidade de um ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva.”

A partir de então, a substituição de importações tende a crescer nas principais economias latino-americanas, fato esse que acabou impulsionando a industrialização desses países e, o que é mais importante – levando-se em consideração os objetivos a que estamos nos propondo a atingir no presente artigo –, o Estado passou a ter uma importância cada vez mais relevante, na medida em que acabou chamando para si a responsabilidade pela condução de todo o processo. Isso fica claro principalmente, após o final da Segunda Guerra Mundial, quando o pensamento econômico latino-americano passou a sofrer a influência direta das orientações da recém criada Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL –, órgão regional das Nações Unidas que foi concebido para elaborar estudos e propor alternativas para o desenvolvimento econômico no continente.¹⁹

Ainda mais que a criação da CEPAL coincidiu com o período em que a “Revolução Keynesiana” mais ganhava adeptos em todo o mundo. Logo, podemos dizer que o pensamento cepalino também recebeu forte interferência daquela que era então a nova tendência mundial e que, como vimos, ditava as normas de conduta

¹⁹ Para ver análise detalhada sobre a importância da CEPAL para o desenvolvimento do pensamento econômico latino-americano, ver Mantega (1987:32-41).

das principais economias do capitalismo avançado. Por isso mesmo,

“(...) a CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias.” (MANTEGA, op.cit.: 39)

Diante disso, nos parece claro que o advento da criação da CEPAL, com sua orientação marcadamente favorável ao intervencionismo econômico – como forma das economias periféricas superarem o atraso em relação as economias centrais –, foi o responsável direto pelas transformações que ocorreram nas principais economias da região, durante as primeiras décadas que se seguiram ao pós-guerra.

O próprio surgimento do “desenvolvimentismo”²⁰, enquanto ideologia que mexeu com as estruturas do pensamento econômico na América Latina, sendo mesmo o responsável direto pelo processo de industrialização em alguns países – o Brasil, entre eles – teve como principal referência para a formulação de seus pressupostos, as pesquisas e os estudos realizados pela CEPAL.

Nosso objetivo neste tópico, como já dito no início, foi demonstrar as possíveis influências exercidas pela “Era de Ouro” nas economias latino-americanas. Como pudemos constatar, essa influência se deu principalmente no que diz respeito ao intervencionismo estatal, no sentido de orientar essas economias a enveredarem pelos caminhos da industrialização. Foi assim na Argentina, no Chile e no Brasil. A atuação dos Estados nacionais nos processos de desenvolvimento econômico desses países foi de fundamental importância para que pudessem superar a crise de 1929 e a fase primário-exportadora.

Mas as influências pararam por aí. Não houve qualquer iniciativa no sentido de se acabar com as disparidades sociais, ou mesmo formar um mercado de massas que pudesse democratizar o consumo. A inclusão social, que como vimos, marcou o desenvolvimento das economias capitalistas desenvolvidas no pós-guerra, nem de longe chegou a figurar nas iniciativas governamentais dos países da nossa região – com exceção talvez do Chile no curto período do governo Allende. O “*Welfare State*” latino-americano não passou de algumas iniciativas paternalistas que alguns governos populistas adotaram – Vargas no Brasil e Perón na Argentina – mas que serviram apenas para tornar o capitalismo menos selvagem na sua ânsia de aumentar o processo de acumulação.

²⁰ Segundo Mantega: “O desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira e também, de um modo geral, todo o pensamento econômico latino-americano. Herdeiro direto da corrente Keynesiana que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50, e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente.” (MANTEGA, op.cit.: 23)

Em suma, se desenvolvimento econômico com inclusão social foi uma das principais características das economias centrais a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Nos países latino-americanos esse processo foi deficiente, pois deixou completamente à deriva o aspecto da inclusão social, o que revela – para dizer o mínimo – o caráter extremamente conservador das nossas elites .

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *“Balanço do neoliberalismo”*. In: Sader, E. & Gentili, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, G. *“O longo século XX”*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BOBBIO, N. *“Liberalismo e democracia”*. São Paulo: Brasiliense, 1994
- e PASQUINO, G. *“Dicionário de política”*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- SCHWARTZ, G. *“Decifre a economia”*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.
- FRIEDMAN, M. *“Capitalismo e liberdade”*. São Paulo: Arte Nova, 1982.
- FURTADO, C. *“Formação econômica do Brasil”*. São Paulo: Ed. Nacional, 1961.
- GALBRAITH, J. K. *“O pensamento econômico em perspectiva”*. S. Paulo: Pioneira, 1989.
- HOBSBAWM, E. *“A era das revoluções”*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- . *“A era dos extremos”*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- . *“A era do capital”*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- . *“A era dos impérios”*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HUBERMAN, L. *“A história da riqueza do homem”*. S. Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MANTEGA, G. *“A economia política brasileira”*. São Paulo: Poli/Vozes, 1987.
- MARSHALL, T. H. *“Cidadania, classe social e status”*. São Paulo: Zahar, 1967.
- MORAES, A. C. *“O projeto neoliberal e o mito do Estado mínimo.”* São Paulo:

Revista Lutas Sociais n. 1. Neils, PUC/SP, 1996.

POLANY, K. *“A grande transformação”*. São Paulo: Ed. Campos, 2000.

PRZEWORSKI, A. *“Capitalismo e social democracia”*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SINGER, P. *“Keynes e Kalecki”*. Coleção Os Pensadores, introdução. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

TAVARES, M. C. *“Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”*. São Paulo: Zahar, 1972.